

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A DEMOCRACIA COMO OBJETO DE PODER OCIDENTAL: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE A GUERRA CIVIL NA LÍBIA**

**MARIA LUIZA ALVES DE MELO**

**CARUARU**

**2016**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA**

**A DEMOCRACIA COMO OBJETO DE PODER OCIDENTAL: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE A GUERRA CIVIL NA LÍBIA**

**MARIA LUIZA ALVES DE MELO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Vico Denis Sousa de Melo

**CARUARU**

**2016**

## **BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

---

Presidente: Prof. Vico Denis Sousa de Melo

---

Primeiro Avaliador: Luis Felipe Andrade Barbosa

---

Segundo Avaliador: Gustavo de Andrade Rocha

## DEDICATÓRIA

*A todxs xs acadêmicxs que reconhecem a importância dos estudos do Sul Global.  
A todxs vocês que desconstroem, questionam, e tentam aplicar novas visões de  
mundo ás Relações Internacionais.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todas as deusas e deuses que me deram forças para chegar até aqui, e pela família e amigos maravilhosos que elxs me presentearam ao longo da minha vida. Em segundo, gostaria de agradecer especialmente a minha mãe, que sempre me apoiou e me deu forças a partir do momento que eu decidi cursar Relações Internacionais, ela é o motivo pelo qual eu tento cada dia chegar mais longe. Um obrigado enorme ao meu padrasto, pelo apoio em todos os níveis educacionais que ele me proporcionou até hoje. Gostaria de agradecer enormemente a minha família inteira por sempre acreditarem e botarem a mão no fogo por mim.

Ao meu Infinito, eu sou apaixonada por vocês como eu nunca fui apaixonada por ninguém a minha vida inteira. Obrigada Kevin, por sempre me fazer rir e por ter tornado esses meus últimos quatro anos extremamente divertidos ao teu lado; Obrigada Duda, por ficar comigo apesar de tudo e por me mostrar que sentimentos valem a pena e que ser fofa na verdade é uma grande qualidade; Obrigada Matheus, por ser tão icônico e tão não *mainstream*, tua risada me faz querer rir até em um dia úmido de 38 graus dentro de um ônibus recifense; Obrigada Thales, por me ajudar a ter orgulho em ser quem eu sou, afinal, se a gente não se ama, quem vai amar?

Obrigada a todos vocês e a tantos outros que estiveram lá por mim quando eu precisei.

Eu amo vocês extremamente e mal posso esperar por essa nova etapa de vida que se inicia com todxs ainda ao meu lado.

*“Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given and transmitted from the past.”*

(Karl Marx, The 18th Brumaire of Louis Bonaparte)

## RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise histórica da Líbia, desde sua origem berbere a sua colonização italiana, busco dar ênfase as consequências que o período colonial deixou no país. Além disso, também busco contextualizar o papel do Ocidente na eclosão da Primavera Árabe, fazendo uma ligação direta entre os movimentos políticos e econômicos que ocorrem no Norte Global e seus efeitos no mundo Árabe. Por último, procuro demonstrar como a defesa dos interesses nacionais ocidentais tem um papel central na escalada da Guerra Civil na Líbia, guerra essa que dura até o presente momento.

Palavras-chave: Pós-colonialismo; Sul Global; Primavera Árabe;  
Responsabilidade de Proteger

## **ABSTRACT**

The present work seeks to make a historical analysis of Libya, from its Berber origin to its Italian colonization, I try to emphasize the consequences the colonial period left in the country. In addition, I also seek to contextualize the role of the West in the outbreak of the Arab Spring by making a direct link between the political and economic movements that take place in the Global North and its effects on the Arab world. Finally, I try to demonstrate how the defense of Western national interests plays a central role in the escalation of the Civil War in Libya, a war that lasts until the present moment.

Keywords: Post-colonialism; Global South; Arab Spring; Responsibility to Protect

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. LÍBIA: DOS ÁRABES AOS ITALIANOS, UMA ANÁLISE HISTÓRICA .....	11
1.1 O CICLO COLONIAL EUROPEU EM TERRITÓRIO LÍBIO.....	15
1.2 AS CONSEQUENCIAS DO COLONIALISMO PARA A IDENTIDADE NACIONAL LÍBIA.....	19
1.3 A ERA GADDAFI .....	21
2. A PRIMAVERA ÁRABE EM PERSPECTIVA .....	28
2.1 O PAPEL DO OCIDENTE NA ECLOSÃO DA PRIMAVERA ÁRABE.....	32
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA PRIMAVERA ÁRABE NO CONTEXTO DA LÍBIA .....	37
3. O USO DA FORÇA COMO OBJETO DE DEFESA DO INTERESSE NACIONAL .....	41
3.1 AS CONTROVÉRSIAS QUANTO A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER .....	44
3.2 A DEMOCRATIZAÇÃO COMO OBJETO DE PODER OCIDENTAL.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
REFERÊNCIAS .....	54

## INTRODUÇÃO

A eclosão da Primavera Árabe pode ter sido visto como um choque para muitos dentro do Ocidente, mas, nos países em que ela teve sua escalada mais rápida, os sinais de que ela viria a acontecer já vinham aparecendo por muitos anos. Em um país como a Líbia, lar de um dos governos autocráticos mais duradouros de todo o Norte da África, a Primavera Árabe veio como uma onda de forte poder destrutivo. Em janeiro de 2011 os protestos começaram, e poucos meses depois, Gaddafi, seu líder de décadas a fio, estava morto.

Com o objetivo de entendermos a fundo como a Primavera Árabe se deu, busco com esse trabalho fazer uma análise para além do que as superficialidades de matérias de jornal podem afirmar sobre o caráter das revoluções.

A Primavera Árabe veio sim como uma demanda interna rápida e chocante para os governos Norte Africanos, porém, a origem dessa demanda não começou de forma alguma dentro da própria região em que ela eclodiu. Não fica difícil perceber o porquê de as potências ocidentais apoiarem tão fortemente as rebeliões quando elas surgiram, já que podemos afirmar que os movimentos que deram início a elas começaram a partir de fatores criados por movimentos no Ocidente.

A Líbia, como país em posição estratégica, geopoliticamente falando, foi pega no fogo cruzado entre as suas demandas nacionais por democracia e as demandas Ocidentais pela defesa do interesse nacional das potências.

A seguinte análise tenta traçar uma linha do tempo linear quanto a como, e por que, as revoluções aconteceram. Partindo dos primórdios da colonização da Líbia, focamos em quão fortemente o Norte Global conseguia, e ainda consegue, influenciar os assuntos do Sul.

## 1. LÍBIA: DOS ÁRABES AOS ITALIANOS, UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Até a Líbia conseguir sua independência em 1951, seu processo histórico foi extremamente baseado em regionalismo e nos diferentes impérios que o dominavam. Por ser um país que foi utilizado de formas distintas baseado no que seus colonizadores necessitavam em cada período de tempo, sua história é bastante desnivelada, intercalando momentos de crescimento e expansão com momentos de grande depressão econômica e social, portanto, para haver um completo entendimento da situação atual em que a Líbia se encontra, é necessário primeiro se fazer uma breve análise histórica.

O território que corresponde a atual Líbia, como destacado na Figura 1, nem sempre foi formado pelas regiões que o baseiam hoje, na verdade, as três regiões principais da Líbia só vieram a ser dominadas e unificadas pelo mesmo povo durante o fim do século XVII. Antes da invasão do Império Otomano na região, três territórios extremamente distintos geográfica e culturalmente ali se localizavam: Tripolitania, a noroeste; Cirenaica ao nordeste e Fazzan ao sul, como mostrado na figura 2. Segundo Vandewalle (2012), as características físicas e as enormes distâncias de uma região para outra eram as principais responsáveis pelos baixos níveis de interação entre as três províncias. Sobre as principais diferenças entre elas, o autor destaca:

As tradições culturais da Tripolitânia e sua economia eram em grande parte voltadas a parte Ocidental do Maghreb (Norte da África), com quem compartilhava sua história romana. Como resultado da sua colonização pelos gregos, países equivalentes a Cirenaica eram basicamente aqueles ao leste das suas barreiras indefinidas. Fazzan permanecia uma comunidade pequena, seminômade e quase economicamente autossuficiente, que, com exceção do comércio de caravanas, interagiu esmagadoramente com a África Subsaariana. (Vandewalle, 2012, p. 15)



Figura 1: localização da Líbia no Norte da África -  
 Fonte: Libya on the globe (North Africa centered)

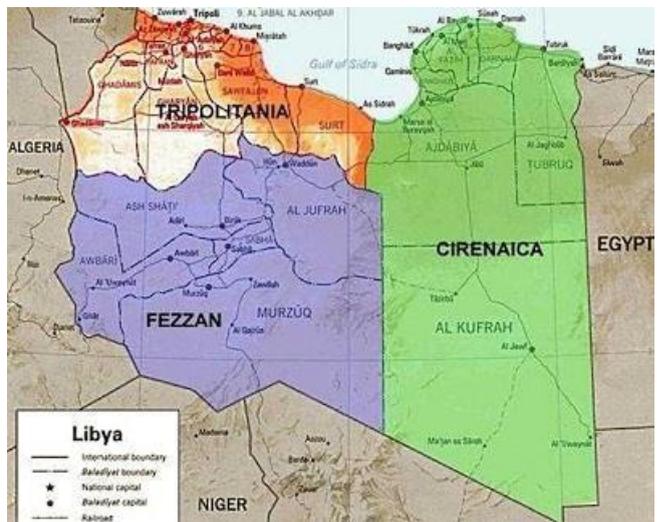


Figura 2: as três regiões principais da Líbia  
 Fonte: Site - Por dentro da África

Portanto, a história do que corresponde a Líbia atualmente foi uma de separatismo por boa parte da sua existência, os diferentes graus de controle estrangeiro ao que o país foi sujeitado ao longo dos séculos modelando diferentemente cada território. Desde a sua origem berbere<sup>1</sup> a sua colonização italiana, sendo anexada a diversos outros impérios com o decorrer da história<sup>2</sup>, a Líbia só passou a ter uma maior estabilidade quanto ao seu povoamento e domínio após a invasão árabe no século VII D.C, o povo Árabe deixando sua marca no país até a modernidade<sup>3</sup>. De acordo com Vandewalle (2012), a população local líbia foi por muito tempo apoiada em uma intrínseca rede de famílias, tribos, e linhagens tribais guiadas por Sheiks e dependentes economicamente umas das outras, estas se formando de laços estabelecidos entre os árabes e os berberes ao longo dos séculos.

<sup>1</sup> Conjunto de povos norte africanos que falam a língua berbere, esta tendo origem afro-asiática. A comunidade berbere representa atualmente milhões de pessoas entre o Norte da África e o Saara.

<sup>2</sup> Fenícios se estabeleceram na Tripolitânia enquanto Gregos se fixaram na Cirenaica dos séculos VII ao I A.C, logo após os Romanos tomaram controle de ambas as regiões até 455 D.C com o Império Bizantino conquistando tais territórios em seguida.

<sup>3</sup> É reportado que até o século XX, a maioria da população líbia ainda era formada pelos descendentes dos árabes e berberes.

O domínio do Império Árabe sobre a Líbia durou até o século XVI, quando em 1551 os Turco-otomanos conquistaram e anexaram a Tripolitânia, e logo após a Cirenaica, aos seus domínios. Segundo Ahmida (2005), porém, já que as sociedades otomanas mais novas viviam principalmente da arrecadação tributária de seus domínios, os Otomanos não viam real necessidade em reger social e economicamente os territórios que formavam o Império. A regência otomana na região existia para coletar seus impostos e assegurar sua autoridade sem realmente governar as questões das províncias. O controle de Constantinopla sobre a Líbia era, no mínimo, relaxado. Vandewell apoia essa análise dizendo o seguinte:

Até o começo do século dezenove, a Sublime Porta (Império Otomano), restringia sua presença e atividades na Líbia contanto que o tributo anual e a aliança formal ao Sultão fossem pagos, fora isso, o Império deixaria suas províncias a governarem seus próprios assuntos. (Vandewell, 2012, p.17)

É bastante possível que essa falta de liderança do Império Otomano na Tripolitânia tenha sido a razão principal para que o Golpe de Estado que se seguiu no século XVIII tenha sido dado tão facilmente. Em 1717, Ahmad Qaramanli, um oficial do exército turco-otomano assassinou o governador da região e tomou o poder para si, fundando a dinastia Qaramanli no processo. Pouca reação veio de Constantinopla quanto a isso, Qaramanli inclusive conseguindo um decreto da capital que o assegurava como governante da Tripolitânia e região. A partir deste ponto, novas perspectivas foram abertas quanto a interação diplomática e econômica da Líbia com o resto do mundo, já que apesar da dinastia Qaramanli possuir alguns nós ainda atados ao Império Otomano (como a necessidade de pagar tributos a Constantinopla), ela agia e governava da forma que bem entendia.

Além dos laços formais, os Qaramanlis agiam de forma independente, e muitas vezes se opunham as políticas de Constantinopla, como em 1815, quando Yusuf Pasha aliou-se com a França contra a política Otomana. (Ahmida, 2008, p. 23)

Assim como o Império Otomano tinha estabelecido séculos antes, Qaramanli também sustentava seu governo através de tributação, este mantendo o domínio sobre a região da costa líbia e exigindo pedágio a todos os navios que ali passavam durante suas rotas de comércio. Porém, de acordo com Ahmida

(2008), o que sustentou a dinastia Qaramanli por quase um século foi também o que inspirou o princípio da sua decadência.

A queda de Trípoli na guerra contra os Estados Unidos em 1805 foi o que levou ao início da dissolução da dinastia - já que com a independência Estadunidense em 1776 e com uma conseqüente perda do estatuto de proteção pela Coroa Britânica quanto ao tráfego dos seus navios no Mediterrâneo Ocidental, uma disputa entre os dois governos acabou por ser criada. O pivô da primeira guerra berbere acabou sendo a recusa dos Estados Unidos de continuar pagando tributos a Trípoli cada vez que suas embarcações navegassem em águas mediterrâneas. Tal recusa levou a apreensão de diversos navios americanos, tendo os Estados Unidos visto nessa decisão um motivo suficiente para declarar guerra aos Qaramanli e enviar suas tropas para a primeira intervenção norte americana em solo estrangeiro. Esta intervenção acabou se mostrando bem-sucedida ao ganhar a guerra e abalar as bases da governança em Trípoli.

Para Vandewalle, as controvérsias quanto a política externa, as ligações com a pirataria através do Mediterrâneo, as formas não convencionais e violentas de manter a diplomacia com países vizinhos, e finalmente a guerra civil deflagrada na Tripolitânia devido a facções distintas que a linhagem Qaramanli tinha criado, foram os motivos que levaram não só a ruína total da dinastia, como também a volta da preocupação do Império Otomano quanto aos seus domínios no Norte da África.

Em 1835 o Império voltou a estabelecer seu comando sobre as províncias, motivado não só pelo fim dos Qaramanli na região, mas também pelo medo da expansão dos domínios franceses e britânicos no continente Africano. Segundo Vandewalle (2012), a ocupação francesa da Algeria em 1831 e os interesses emergente da França na região do Saara eram sinais para Constantinopla que uma disputa por territórios estava sendo arquitetada; ao mesmo tempo a Grã-Bretanha começava a pressionar e encurralar a Líbia com as suas ocupações dos territórios vizinhos no Egito e Sudão.

Apesar da segunda ocupação Otomana, o território que viria a ser a Líbia atual ainda se mostrava extremamente difícil de ser governado propriamente por um agente externo. Com a retomada do Império as províncias, Constantinopla viu a

necessidade de implantar diversas reformas políticas, econômicas e militares para reassestar seu poder na região. Medidas como a anulação dos governos tribais locais, como a revogação de todas as isenções tributárias anteriormente concedidas pelos Qaramanli, bem como as campanhas de militarização extensiva através dos territórios, causaram várias tensões dentro da colônia, a ausência secular de um poder único que conduzisse o país social e politicamente logo dando espaço a diversas rebeliões tribais contra o Império. Tripolitânia, Cirenaica e Fazzan passaram por décadas de resistência populacional aos Otomanos, mas apesar disso, e apesar da pressão cada vez mais forte da Europa no Norte da África, os Otomanos conseguiram manter seus domínios na Líbia até o começo do século 20.

Dito isso, a segunda ocupação otomana foi a principal responsável pela mudança das bases econômicas locais e pelo começo do ciclo capitalista líbio. De acordo com Ahmida (2008), a instalação de um novo código tributário que requeria o registro de donos de terras, fez com que a Tripolitânia rural fosse vinculada a região urbana da província, pelas ligações formais que a população agora tinha com o Império. Com a modernização começando a atingir a região, antigos chefes tribais passavam agora a se mudar para as capitais para preencher vagas de emprego burocráticas. Cada vez mais pessoas migravam dos campos para as cidades, e a política de uma economia tributária ia morrendo para dar espaço a uma estrutura comercial mais capitalista.

As amarras da Líbia ao Império Turco-Otomano só vieram a ser quebradas completamente durante o século XX, um resultado não surpreendente, já que a Sublime Porta <sup>4</sup> tinha se mostrado incapaz de governar e lucrar com a sua colônia durante alguns séculos. Ao longo de 75 anos após a segunda ocupação otomana, a Líbia teve 33 governadores, esse fato mostrando a dificuldade de Constantinopla de proteger seus interesses dentro de tais território. O colapso do Império na Líbia foi finalmente estabelecido quando em 1911, a guerra Ítalo-Turca foi deflagrada.

---

<sup>4</sup> Designação utilizada a partir do século 18 para se referir ao Império Otomano, a expressão vinda do grande portão de entrada do palácio onde a corte real ficava alojada na Turquia.

## 1.1 O CICLO COLONIAL EUROPEU EM TERRITÓRIO LÍBIO

Motivadas por rixas internas, brigas por territórios, crises econômicas e movimentos nacionalistas crescentes, as potências europeias se voltaram para África como novo território de exploração a partir do século dezenove, marcando um novo ciclo na história da colonização Ocidental.

Mbokolo (2011) aponta que houveram duas principais vertentes que levaram a esse novo ciclo colonialista: os fatores econômicos e os não econômicos. Segundo ele, os fatores econômicos surgiram principalmente após 1870 com a eclosão da primeira grande crise do capitalismo; após os países do continente americano terem passados por um longo período de descolonização, a Europa não contava mais com o mesmo capital bruto em circulação que anteriormente, sua dependência exploratória das colônias trazendo uma quebra dos mercados internos por não haver mais de onde extrair tal capital, devido a isso, a economia de vários países passou por um período de baixa e de estagnação, estes países passaram a ver, então, a criação de mais colônias como uma ótima solução, já que como havia sido comprovado por séculos anteriormente, uma colônia é um perfeito escoadouro comercial.

A aquisição das colônias começou por ser concebida e identificada como a abertura de mercados externos, ainda que não fossem mais que mercados virtuais. (...) Entre a crise econômica, o protecionismo e a colonização, havia uma relação de necessidade aos olhos de todos os partidários da expansão. (Mbokolo, 2011, p. 349)

Já os fatores não econômicos estão ligados principalmente ao Imperialismo Europeu, sustentado numa lógica de superioridade cultural e representado através da ideia do processo civilizatório levado a cabo pela Europa: o "fardo do homem branco". Isso se baseava na crença que os povos africanos eram inferiores e necessitavam de salvação pela intelectualidade e domínio dos homens brancos. Para além desses fatos, e como foi mencionado antes, os movimentos nacionalistas crescentes também tiveram um forte papel no colonialismo

As ligas nacionalistas, que atraíram grande número de aderentes na sociedade, exaltavam a “maior Inglaterra”, a “maior Alemanha”, a “maior França”, ou até o despertar da grande proletária Itália. Ora, como gostava de repetir Jules Ferry<sup>5</sup>, não havia despertar, nem grandeza, sem a posse de um império. (Mbokolo, 2011, p. 350)

Neste contexto local, a Itália, estando milhas atrás das outras potências colonizadoras Europeias, tendo sido unificada apenas em 1861, e assistindo aos sucessos da França e Grã-Bretanha quanto a ocupação de territórios africanos, também criou ambições coloniais visando o Norte da África.

Tripolitania e Fazzan permaneceram as únicas áreas do Norte de África ainda não reclamadas por nenhuma das potências europeias, e a Itália tinha começado a campanha diplomática que lhe permitiria trazer tais áreas para sob o seu controle. Entretanto, no final do século XIX, o Banco di Roma italiano tinha começado uma "penetração pacífica" da Líbia, constantemente expandindo seu controle sobre o as áreas comerciais, industriais, de agricultura e transporte do território, através do estabelecimento de “filiais” em Tripoli, Benghazi, Zlitan, Khums e Misrata. Na verdade, a alegada “interferência otomana” nos empreendimentos comerciais italianos viria a ser uma das justificativas da Itália para sua intervenção militar na Líbia em 1911. (Vandewell, 2012, p.21)

De acordo com Childs (1990), as potências europeias já previam o colapso completo do Império Otomano, e cobiçavam cada pedaço dos territórios repartidos deixados por ele.

Após uma campanha de ocupação fracassada na Tunísia, a Itália se recusava a desistir de uma tentativa de expansão do seu território, se virando então para a Tripolitânia e Cirenaica como novos objetos de colonização. Em setembro de 1911, depois de garantir a não interferência das outras grandes potências Europeias, a Itália emitiu um ultimato que exigia do governo Otomano a ocupação italiana em terras líbias, o ultimato construído sobre o pretexto de proteger seus nacionais ali instalados de supostas ameaças mulçumanas extremistas, além da alegação de hostilidade otomana quanto as suas atividades econômicas no território. O ultimato foi rejeitado pelo Império, fazendo com que a Itália declarasse guerra aos Otomanos pela posse da Líbia ainda em 1911.

A partir daí Constantinopla se mostrou incapaz de manter a Líbia, devido a força militar que a marinha Italiana possuía, além de também ter sido prejudicada pelo domínio britânico sobre o Egito que tinha emitido uma declaração de neutralidade impedindo o país de mandar reforços. A Itália se usou do seu poder

---

<sup>5</sup> Primeiro-ministro Francês entre 1880-1881, e entre 1883-1885.

marítimo máximo para vencer a guerra, sendo incapaz de furar os bloqueios terrestres no interior do país que contavam com grupos de resistência árabes, decidiu se fixar nas cidades costeiras Líbias e bombardear os portos Otomanos no Líbano e na Turquia, além de ocupar algumas ilhas no Mar Egeu que pertenciam ao Império Turco. A campanha de conquista da Líbia pela Itália se mostrou bem-sucedida em 1912, quando o país passou para o controle oficial italiano.

Segundo Metz (1989), apesar de a Itália ter vencido a guerra, a tomada da Líbia não foi de forma nenhuma pacífica; a população local rejeitou fortemente os avanços italianos ao interior do país. Trípoli havia sido domada pelo exército italiano, mas Fazzan e a Cirenaica eram regiões de intensa rebelião e disputa civil. Chegou a um ponto onde os combates se tornaram tão violentos e fora do controle<sup>6</sup> que a Itália foi impedida de unificar todos os territórios sob o seu poder, sendo assim obrigada a manter administrações coloniais separadas entre a Tripolitânia, e a Cirenaica e Fazzan, tratando-os como se fossem países distintos. A tentativa de colonização se mostrou extremamente malsucedida a princípio, tendo a Itália só vindo a tomar controle total das três regiões durante os anos 30.

Sobre o processo de pós-pacificação da Líbia, Metz diz o seguinte:

Uma vez que a pacificação tinha sido realizada, a Itália fascista se aventurou a converter a Líbia em uma província a ser referida popularmente como a Quarta Costa Italiana. Em 1934 Tripolitania e Cirenaica foram divididas em quatro províncias - Trípoli, Misrata, Benghazi e Darnah- que foram formalmente ligadas como uma única colônia conhecida como a Líbia, ressuscitando assim oficialmente o nome que Diocleciano tinha aplicado a região cerca de 1.500 anos antes. (Metz, 1989, p.29)”

Em 1939 a Líbia foi incorporada a Itália metropolitana. Entre 1930-1940, avanços impressionantes foram feitos no país, com a Itália investindo pesado em tecnologia e infraestrutura, modernizando as cidades, expandido estradas e linhas ferroviárias; essas mudanças, porém, não foram feitas para beneficiar exclusiva ou diretamente a população líbia, e sim para elevar ao máximo a

---

<sup>6</sup> É estimado que até doze mil cirenaicos foram mortos devido à resistência aos processos de instalação Italiana na Líbia apenas entre 1930-1931.

capacidade produtiva para o processo exploratório do país ser feito de maneira muito mais eficaz, o que de fato foi alcançado.

Reforçando essa ideia de as mudanças não estarem sendo feitas para beneficiar exclusiva ou diretamente a população líbia, é importante apontar que agora a Itália via a Líbia como uma adjacência do seu próprio território na Europa, sendo assim a Líbia italiana seria construída para os italianos, fato que causou muito ressentimento e revolta para a população local, que, segundo Vandewalle (2012), era excluída das noções de desenvolvimento dentro do país; além dos setores agro econômicos, os locais praticamente sobreviviam de subsídios governamentais muito baixos. Esse descaso da Itália com os nacionais da Líbia foi, inclusive, um dos fatores principais que levaram a população a apoiar os aliados contra a Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Pode-se dizer que muito do avanço estrutural que a Itália proporcionou a Líbia durante seu período de colonização foi inutilizado a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, já que com a invasão Italiana do Egito pelo controle do Canal de Suez, todo o norte da Líbia se tornou um grande campo de batalha, levando também a implosão da economia do país no processo.

Portanto, enquanto a Itália se ocupava com as batalhas que tinha que travar durante a Segunda Guerra, a Líbia também buscava defender seus próprios interesses como nação recém unificada ao traçar estratégias para sair de debaixo do jugo colonial. Sayyid Idris, o líder do movimento Sanussi<sup>7</sup>, que a época da Segunda Guerra se encontrava exilado por se opor ao domínio Italiano, decidiu em 1939 reunir os principais líderes tribais também em exílio da Cirenaica e Tripolitânia para traçarem um plano de ação. Para Sayyid, era indispensável que a ordem Sanussi e todas as outras organizações políticas e sociais da Líbia se juntassem a favor da Grã-Bretanha e contra a Itália, já que se os britânicos vencessem seria mais fácil negociar a independência do país.

Sayyid Idris argumentou estrategicamente que se os britânicos vencessem, a Líbia poderia esperar mais concessões deles; se perdessem, a Líbia, na pior das hipóteses, manteria seu status quo sob tutela italiana. (Vandewalle, 2012, pag. 36)

---

<sup>7</sup> Uma ordem político-religiosa muçumana fundada em 1837 que buscavam o fortalecimento do pensamento islâmico e da integridade muçumana. Foram um dos grandes opositores a colonização na Líbia, se tornando um grupo político nacional vital pós sua independência.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a perda dos países do Eixo e como, na maior parte, foi esperado pelos nacionais, a governança da Líbia passou de mãos Italianas para mãos Britânicas, a Grã-Bretanha mantendo a administração do Norte do país liderando a Cirenaica e a Tripolitânia, enquanto a França assumia o domínio de Fazzan.

Finalmente, após séculos de mudanças constantes quanto a governança do país e décadas de deterioramento político interno causado por agentes externos, a Grã-Bretanha garantiu a autoadministração da Cirenaica e Tripolitânia em 1947, apontando Sayyid Idris ao poder. A França logo seguindo o exemplo Britânico e também garantindo a autoadministração de Fazzan. A partir daí, as Nações Unidas não tiveram escolha a não ser declarar a independência da Líbia e assinar um acordo com a Itália que abria mão de todos os seus direitos sobre o país.

Dito isso, é importante salientar que devido ao interminável vai-e-vem de nações europeias no poder, dos processos coloniais que a Líbia tinha passado e do uso do seu território como campos de guerra durante toda a campanha de tomada do Norte da África pelo Eixo, a realidade social da Líbia era chocante nas vésperas da sua independência; com boa parte da sua infraestrutura destruída, os níveis de trocas mercadológicas quase inexistentes, índices de desempregos altíssimos e uma renda per capita de 25 dólares ao ano, as suas perspectivas para o futuro como uma nação unida, eram, no mínimo, não muito auspiciosas.

## **1.2– AS CONSEQUÊNCIAS DO COLONIALISMO PARA A IDENTIDADE NACIONAL DA LÍBIA**

Em 24 de dezembro de 1951 a independência da Líbia foi declarada, Sayyid Idris passando de articulador do processo de independência e líder da ordem Sanussi para Rei Idris al-Sanusi, monarca do recém-criado Reino Unido da Líbia. Apesar do processo de Independência se concretizando, voltamos a ressaltar que esse acontecimento não viria a resolver nenhuma das crises pós-coloniais em que a Líbia se via inserida, uma delas inclusive vindo a pôr em questão o cerne do

próprio Estado Nacional por se tratar da crise de identidade que o país agora vivia.

Vandewalle (2012) analisa que, diferentemente de seus países vizinhos que tinham conquistado sua independência a partir de um longo processo de fomentação ideológica como forma de aproximação nacional ou mesmo a partir das dificuldades físicas que o colonialismo costumava impor, a Líbia, devido a suas diferentes regiões, administrações diversas e falta de interação generalizada entre seus povos, não havia tido a oportunidade de construir uma identidade nacional própria, na época de sua independência o país ainda tinha dificuldades quanto a formação de aspirações e objetivos que englobassem o país como todo. É possível afirmar que a independência da Líbia havia sido passada no papel, mas na realidade o país ainda não conseguia se desconectar das amarras coloniais e era extremamente dependente das suas relações com o Ocidente.

O país havia passado de território colonizado para independência através da sua relação direta com as grandes potências; a monarquia havia sido instaurada, mas essa forma de governo era sem precedentes na história do país. É possível apontar, então, uma ligação direta entre a formação do Estado nacional líbio com a herança do ciclo colonialista.

A questão das heranças coloniais não dizia apenas respeito às estruturas e às políticas econômicas, nem a configuração territorial dos novos países independentes: incidia também sobre a natureza do Estado e a organização dos poderes. De fato, apesar das concessões feitas aos africanos a partir da Segunda Guerra Mundial, os aparelhos de Estado dos diferentes territórios tinham conservado, além de traços ligados à sua origem estrangeira e colonial, o seu caráter repressivo. (M'bokolo, 2011, pag. 655)

Seguindo a linha de pensamento de M'bokolo, é possível identificar que monarquia havia sido escolhida como forma de governo não só por seu caráter político unitário e capaz de ser facilmente repressor se necessário, mas no caso da Líbia, que ainda era extremamente dependente das suas relações coloniais, a monarquia também vinha a agir como forma de manter o Ocidente como ator relevante dentro dos interesses do país, o Rei Idris ainda mantendo relações estreitas com a Grã-Bretanha.

Em 1957 as primeiras jazidas de petróleo foram encontradas na Líbia, fato vindo a mexer ainda mais com as questões de identidade do país que teve que se adaptar de um deserto árido e sem grandes perspectivas econômicas para uma economia rapidamente crescente e agora extremamente estratégica ao Ocidente, os países do Norte passando a instalar bases militares em território líbio e a investir na extração do petróleo e no desenvolvimento industrial para a comercialização do mesmo.

Não é surpresa que o reinado de Idris I tenha sido um alvo fácil para ataques do Socialismo Árabe crescente no país, sua dependência do Ocidente gerando ondas de desconfiança com a população que vinha tardiamente achar um senso de união comum, as gerações mais novas gravitando ao redor de movimentos políticos ascendentes que se opunham as ações do Rei e militavam por uma quebra das relações tão intrínsecas do Ocidente com o Norte da África. Dito isso, devido ao declínio e a impopularidade cada vez maior da Ordem Sanussi, em 1969 as forças armadas líbias tomaram o poder. Como aponta Ahmida (2005), quando o Nacionalismo se tornou o novo modo de lealdade ao país, a Monarquia perdeu o seu lugar.

## **1.2A ERA GADDAFI**

Entre as décadas de 1960 – 1970 várias teorias de formas nacionais de socialismo vêm a surgir dentro dos países árabe-mulçumanos. Muitos desses ideais foram denominados "socialismo islâmico" e se tornaram pensamentos generalizadas no Norte da África; estes socialismos vinham a se inspirar nos princípios do nacionalismo, da religião e da igualdade, e suas ideias acarretaram em uma série de revoluções, revoltas populares e golpes de estado no mundo árabe.

É nesse contexto de renovação quanto aos pensamentos políticos e a novas formas de governanças que a administração interna da Líbia vem a dar uma guinada. Durante o fim dos anos 60, o governo de Idris I se mostrava cada vez mais impopular, o Rei tinha acabado com as divisões tribais regionais históricas a favor da centralização da administração nacional, a corrupção estatal assolava

o país no setor da exploração do petróleo, e além disso, os países árabes vizinhos a Líbia não estavam satisfeitos com a posição pró-Israel que a monarquia vinha tomando.

Dentro dessa insatisfação popular generalizada com a Monarquia que o Golpe de Estado, armado pelo exército líbio, veio a ser dado. Durante uma viagem do Rei a Europa, Muammar al-Gaddafi (figura 3), líder de um jovem grupo militar socialista que acreditava na superioridade Árabe em relação as potências Ocidentais, levou suas forças a ocupar diversos pontos estratégicos de Trípoli e tomou o poder, fundando a República Árabe Líbia logo após a remoção total da monarquia do governo nacional.

Bem como os outros líderes da revolução que tinham se juntado a ele em favor do golpe de estado, Gaddafi era motivado por movimentos pan-arabistas crescentes no Norte da África, principalmente pelas ideologias socialistas egípcias durante o governo do presidente Nasser<sup>8</sup>. Gaddafi rejeitava fortemente o controle que as potências mantinham sobre os Estados que tinham colonizado. Durante uma entrevista comentou sobre a preferência que o Rei Idris tinha quanto a estrangeiros ocidentais mesmo dentro das forças militares líbias, ressaltando que a Líbia, apesar de não contar mais com forças colonizadoras a controlando diretamente, ainda não era um país feito para seus nacionais.

“Como um soldado pode permanecer passivo e bater continência para um Rei que enche o país com forças estrangeiras? Como você pode aceitar ser parado na rua por um norte americano? Isso aconteceu comigo pessoalmente. Quando eu queria entrar para a base militar de Wheelus, fui afastado. (Gaddafi para Hamid Barrada, 1984)”

---

<sup>8</sup> Gamal Abdel Nasser foi um militar e político egípcio que governou como presidente de seu país por dezesseis anos (1954-1970). Os ideais defendidos por Nasser se baseavam principalmente no nacionalismo e no pan-arabismo, ideais esses que serviam de inspiração para Gaddafi quanto ao governo da Líbia.

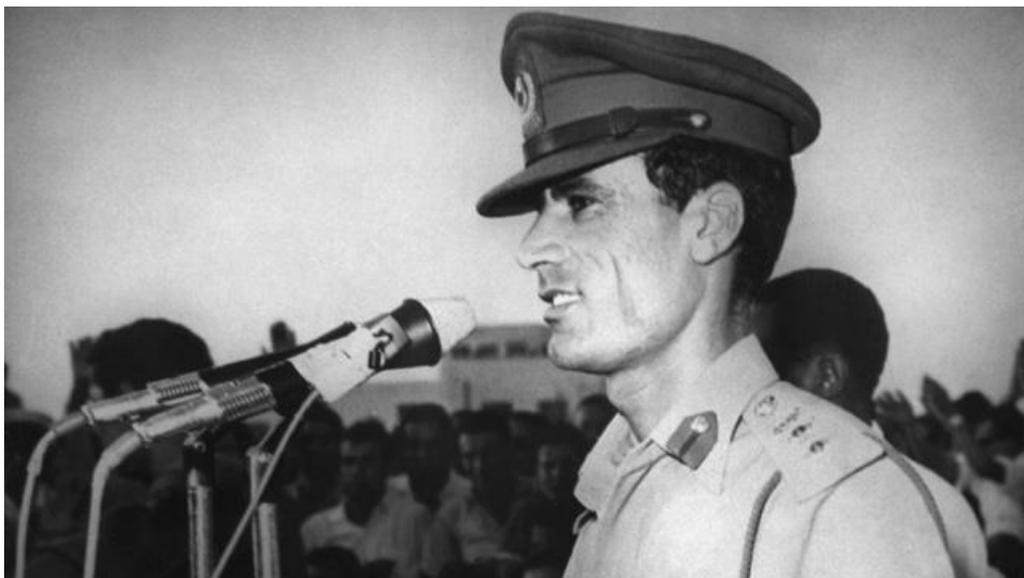


Figura 3: Muammar Al Gaddafi em pronunciamento a população líbia. Fonte: Vandewalle (2012)

A Era Gaddafi foi extremamente marcada pela tentativa de união do mundo Árabe; quando fundou a União Socialista Árabe, único partido político dentro da Líbia, deu a ele o lema “Liberdade, socialismo e unidade”. Além disso, Gaddafi também acreditava que existiam formas melhores de governança sem ser necessário seguir ideias Ocidentais já cunhadas e provadas falhas. Devido a isso, escreveu um livro de ensinamentos a população líbia onde explanava todas as suas ideias para a construção do que ele chamava de *Jamahiriya*, sua própria marca nacional de Socialismo. (Miller, 1997)

A partir de 1973, com o governo revolucionário já mais consolidado, Gaddafi deu início ao que ele se referia como “reconstrução da sociedade líbia”, essa reconstrução viria a fazer questão de criar um novo tipo de governança que envolvesse as massas; se baseando no fato de que tanto o capitalismo quanto o comunismo e a democracia haviam sido falhos ao redor do mundo, o novo chefe de Estado da Líbia cunhou a Terceira Teoria Universal, teoria esta, que, segundo ele, viria a resolver as falhas da democracia e do capitalismo.

De acordo com os ideais sociais e econômicos da Terceira Teoria Universal abordada por Gaddafi em seu Livro Verde, a democracia do Ocidente não passava de nada além de uma nova forma de ditadura velada. De acordo ele, o vencedor da luta pelo poder é sempre um instrumento do governo - um indivíduo,

partido, classe; e o perdedor é sempre o povo e, portanto, a verdadeira democracia. A luta política muitas vezes leva à ascensão ao poder de um instrumento do governo que representa uma minoria privilegiada, e isso através de meios legais e democráticos. Assim, todos os regimes políticos existentes falsificam a verdadeira democracia, portanto são ditaduras. (Gaddafi, 1975)

Como líder da Jamahiriya, Gaddafi defendia que seu povo se rebelasse, que questionasse as formas de governo vigente, ele incentivava a população a ter uma participação cada vez maior dentro dos mecanismos que regiam a Líbia; devido a isso, centenas de Comitês Populares foram instalados por toda a Líbia no regime de Gaddafi, as pessoas que ocupavam esses assentos e administravam local e regionalmente o país eram escolhidas através de votos direto nas zonas em que viviam. Para o Conselho do Comando Revolucionário<sup>9</sup>, a única forma da Líbia se desenvolver plenamente seria através da substituição do Conselho por um Congresso Geral do Povo, um órgão de representação nacional que viria a governar pela escolha popular. (Dalton, 2014)

Colocando essa nova forma de governança em perspectiva, é possível apontar que Gaddafi possuía ideias validas e funcionais quanto a nova forma de democracia que ele procurava instalar na Líbia; seus Comitês Populares não eram fundados a partir de partidos políticos ou outros grupos influentes nacionais, dando apoio ao desprezo que Gaddafi sentia pela centralização do poder que ela costumava ligar ao Ocidente.

Dito isso, no âmbito da política externa, os sistemas internacionais ocidentais viam o regime de Gaddafi como muito mais destrutivo e menos favorável ao desenvolvimento da Líbia se comparado aos ideais que ele tentava passar internamente a sua população; seus posicionamentos políticos internacionais foram marcados por, em sua grande maioria, as controvérsias e divergências em seus atos de governo. Devido ao ressentimento que Gaddafi sentia quanto as potências do Norte Global, os ideais líbios se tornaram extremamente anti estadunidenses e anti europeus sob seu regime. Além disso, logo no período que o regime de libertação líbio tomou o poder, a Guerra Fria estava em seu auge, a Líbia via uma deterioração diária das suas relações com os Estados

---

Orgão militar administrativo comandando por Gaddafi a partir de 1969.

Unidos, fazendo com que, por sua vez, suas relações com a União Soviética fossem estreitadas.

Avançando um pouco na linha temporal do regime Gaddafi, é possível apontar que durante a grande maioria de seu governo ele cumpriu o que havia prometido; expulsou as bases militares dos países ocidentais na Líbia, usou os bilhões de dólares conseguidos com a venda do petróleo para dar uma guinada na economia nacional, além de investir pesadamente em programas sociais onde havia uma distribuição maior de renda e onde a população começava a sair dos altíssimos níveis de pobreza para um desenvolvimento humano cada vez mais favorável.

O problema da Líbia, porém, se encontrava no fator de Gaddafi ser tão instável e de incitar as potências globais contra o país através do apoio de atos terroristas que atacavam países no Ocidente. A população Líbia veio a experienciar novamente uma baixa econômica a partir do momento que a Guerra Fria acabou e o protecionismo líbio se tornava insustentável – a abertura dos mercados e a transição para um regime neoliberalista favorecendo as elites e derrubando os mais pobres dos patamares que tinham alcançado durante pelo menos duas décadas.

Já a partir dos anos 2000, a Líbia vinha sofrendo sob o julgo de diversos embargos econômicos que as potências tinham imposto como forma de repúdio as controvérsias da política externa do regime, este sendo o principal fator que levou Gaddafi a perseguir o primeiro reestritamento das relações da Líbia com os Estados Unidos e Europa desde que a Monarquia havia sido derrubada em 1969. Quando a Primavera Árabe veio, porém, o Ocidente esqueceu completamente que a Líbia havia passado de inimigo a aliado pelo menos dez anos antes e fez o que sabe fazer de melhor: demandou uma intervenção militar no país.

A revolução de Gaddafi era seu regime para ele mesmo destruir. O povo líbio estava com ele em 1969. O povo teria ficado com ele em 2011 se Gaddafi tivesse cumprido sua promessa. Mas muita coisa havia mudado desde então, ainda que nas primeiras décadas do novo regime tanto tivesse sido entregue à população. (Prashad, 2012, pag 105)

Assim, é possível observar que nem mesmo um novo alinhamento de Gaddafi com as potências ocidentais salvou a Líbia de entrar no fogo cruzado causado pela Primavera Árabe.

## 2. A PRIMAVERA ÁRABE EM PERSPECTIVA

Primavera Árabe foi o termo dado a onda revolucionária de protestos, – tanto violentos quanto não violentos – tumultos, golpes e eventualmente guerras civis que varreram o mundo árabe a partir de dezembro de 2010. O objetivo principal da manifestação ficava claro através do seu lema mais aceito “Ash-sha`b yurid isqat an-nizam”, ou, “A população quer derrubar o regime”.

A Primavera Árabe teve seu início na Tunísia sob a administração de Ben-Ali, a partir de um ato de protesto do comerciante Mohammed Bouazizi, que se via incapaz de manter seu negócio funcionando devido ao confisco de suas mercadorias por inspetores municipais tunisianos; poucas horas depois de ser impedido de trabalhar nas ruas de Sidi Bouzid e de ser humilhado por tais inspetores, ele decidiu pela auto emulação como forma de resistência – ateou fogo a si mesmo.

A morte de Bouazizi em janeiro de 2011 foi o ponto de virada para o início da Revolução de Jasmim<sup>10</sup>, a revolução não vindo a ser uma surpresa inesperada, já que a Tunísia vinha experimentando uma série de conflitos por pelo menos três anos antes da Primavera Árabe – conflitos esses motivados pelas taxas de desemprego altíssimas, pelas constantes ondas inflacionárias que acarretavam o país, bem como pelo nível de corrupção governamental extremo; fora do campo econômico, a população tunisiana também vinha inserida em um contexto de vários anos de repressão governamental quanto a políticas públicas e principalmente quanto a falta de liberdade de expressão. (Spencer, 2013)

Em um país conhecido pela estabilidade autoritária, foi fácil ver o começo dos protestos como um prenúncio da mudança dramática. Na verdade, os protestos vinham sendo construídos por pelo menos dois anos antes. A frustração estando enraizada em uma profunda história de crescimento econômico desequilibrado. Várias organizações ajudaram a converter essa frustração em protesto coletivo. (Alexander, 2011)

Assim como na Tunísia, que vinha sob o regime de Ben-Ali pelos últimos vinte e sete anos anteriores a Primavera Árabe, diversos outros países com governos similares – centralizados em uma só figura política - também decidiram adotar os protestos como forma de derrubar seus governantes. O objetivo da população quanto aos levantes era de tirar do poder os governantes que representavam regimes opressivos, e fazer a transição para governanças mais inclusivas e

abertas, além de também buscar um governo que viesse representar uma esperança maior quanto a reestabilização econômica do mundo Árabe. (Ryan, 2011)

Após o começo dos protestos em território Tunisiano, as ideias da Primavera Árabe se espalharam como fogo através do Norte da África e do Oriente Médio,

---

<sup>10</sup> Outro termo usado para se referenciar a Revolução Tunisiana, o Jasmim sendo um dos símbolos do país.

encontrando seus desenvolvimentos mais violentos na Líbia, Egito, Síria e Yemen.

Para caráter de contextualização, é possível apontar que o Egito vinha sofrendo econômica e socialmente tanto quanto a Tunísia na época em que a Revolução eclodiu; o regime de Hosni Mubarak se mantendo no poder desde que assumiu em 1981 e ao longo da sua governança sendo acusado de corrupção, de censura política, de fraudes eleitorais, e o que veio a ser o ponto principal para o começo dos protestos: de sucateamento da economia egípcia (Korotoyev, 2011). Durante a era Mubarak a economia do Egito se encontrava extremamente centralizada nas esferas governamentais que tinham em mente uma reforma total nos modelos comerciais, o que acabou não acontecendo devido a recessão internacional de 2008, tal crise econômica arrastando o Egito para o buraco da depressão econômica e desencadeando a série de protestos ligados a Primavera Árabe.

Enquanto isso, na Síria, os protestos vinham com caráter reivindicatório principalmente contra a violação generalizada de Direitos Humanos que o governo de Bashar al-Assad vinha promovendo durante seus dezesseis anos no poder. Os protestos pró-democracia na Síria começaram em março de 2011 logo após a prisão e tortura de um grupo de adolescentes no sul do país que pintaram slogans revolucionários no muro de uma escola; assim que as forças de segurança estatais abriram pela primeira vez fogo contra os protestantes opostos a al-Assad, um grupo muito maior tomou o seu lugar. A forma extremamente violenta com a qual al-Assad tratava os levantes de oposição contra o seu governo foi o fator decisivo para que cada vez mais a população síria fosse as ruas.

A escalada da violência na Síria, que levou eventualmente a guerra civil, se deu a partir do momento que os protestantes começaram a portar armas durante as reivindicações para se defenderem das forças governamentais que os atacavam e ocupavam as regiões em que os manifestantes viviam. A guerra civil na Síria veio a tomar proporções gigantescas, porém, quando regimes internacionais decidiram intervir e apoiar lados da guerra, além do crescimento da violência,

também houve o aprofundamento das dimensões do conflito, já que múltiplos atores agora se instalavam e passavam a fazer parte dos levantes. (Rodgers, 2016)

De volta ao objeto principal de análise, a Primavera Árabe veio a atingir a Líbia em meados de janeiro de 2011, mas diferentemente do que acontecia em outros países que também passavam pela onda de protestos, o clamor por democracia não parecia ser o ponto principal da questão aqui. Como já foi discutido anteriormente, Gaddafi havia implementado na Líbia um sistema de votações diretas onde o país era governado por conselhos populares tanto nas escalas municipais quanto regionais, porém, a população se via insatisfeita com o fato de o setor econômico líbio não estar favorecendo uma distribuição de renda igualitária, já que até 2011, um terço da população do país ainda era estimada como vivendo abaixo da linha de pobreza.

Bem como o regime de Bashar al-Assad, Gaddafi também se recusava a sair do poder apesar dos protestos populares, quando confrontado por manifestantes mandava suas forças armadas os repelirem, o que foi um dos fatores principais para a escalada cada vez maior da violência dentro de Trípoli e Benghazi; a população se via como alvos de ataques cada vez maiores por parte do exército da Líbia, enquanto Gaddafi, que um dia também havia sido líder de uma revolução, se escondia atrás das muralhas de sua casa.

A situação na Líbia tomou uma virada para o pior assim que o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1973, que autorizava o fechamento de uma zona determinada do espaço aéreo líbio para uma intervenção militar ser feita. Após pelo menos oito meses de intensos bombardeios aéreos e bloqueios navais levados a cabo por forças da OTAN, Gaddafi, que buscava uma rota de fuga através de Benghazi, foi capturado e subsequentemente assassinado.

A morte de Gaddafi, porém, não levou de forma alguma a liberdade e a democracia que a população da Líbia tinha esperado e clamado por. Na verdade, sua ausência criou um vácuo de poder malmente ocupado pelo novo Conselho de Transição, que também entrou em combate com forças rebeldes e outros grupos armados nacionais, fazendo com que a Líbia entrasse em um estado de Guerra Civil generalizada que dura até o presente ano.

## **2.1 O PAPEL DO OCIDENTE NA ECLOSÃO DA PRIMAVERA ÁRABE**

Como já foi mencionado anteriormente, durante um breve período de mais ou menos quinze anos, (1955-1970), o mundo Árabe experienciou uma grande ascensão de regimes políticos de cunho socialista. Durante todo o período de não-alinhamento dentro da Guerra Fria, o mundo Árabe se via na vanguarda da luta por uma distribuição de poder mais justa, e por um sistema global menos desigual (Amin, 2011). Fora isso, para além dos caracteres de regimes políticos semelhantes, os países Árabes também dividiam entre si uma outra característica: eles eram alvos constantes de repúdio ocidental por não se encaixarem no molde da "democracia". Samir Amin aponta que, apesar de a democracia ser um conceito ainda não explorado através do Oriente Médio e

Norte da África, os regimes autocráticos que regiam os países não eram de forma alguma sem legitimidade aos olhos de suas populações.

Os países do Norte Global, que apenas algumas décadas antes tinham colonizado a grande maioria dos países de origem Árabe, agora viam o crescimento cada vez maior de posturas anti-imperialistas e anti europeias por parte de suas antigas colônias. Não é de se surpreender que esse fato levou as potências ocidentais a luta continua contra os países árabes, principalmente através do apoio dado a Israel em seu estabelecimento dentro do Oriente Médio durante o século XX.

Dito isso, esses regimes atingiram o que puderam durante o crescimento do movimento não-alinhado, movimento esse que vinha com a proposta de não tomar partidos na Guerra Fria que era disputada por países do Norte Global, e focar no apoio mútuo entre países do Sul, que ainda tentavam se estabelecer no cenário internacional devido a suas recentes descolonizações e independências conquistadas apenas anos antes. Durante os anos que os países socialistas tiveram a União Soviética como ponto de apoio para a validação dos seus sistemas de governo, para o protecionismo e fechamento econômico voltados para o seu próprio crescimento interno, diversas metas e melhorias foram alcançadas por todo o mundo Árabe: educação em massa, saúde, políticas públicas inclusivas para as classes mais baixas, maiores níveis de industrialização e um grande aumento na porcentagem da população empregada (Amin, 2011).

A Líbia era apenas um dos países que estavam se mantendo bem e prosperando durante a Guerra Fria, porém, com a derrubada da União Soviética no fim da guerra, a pressão cada vez maior do neoliberalismo adotado pelas potências ocidentais foi facilitada, fazendo com que aos poucos os países árabes tivessem que mudar suas estratégias econômicas para políticas mais condizentes com os ideais ocidentais.

Para nível de contextualização, penso ser necessário fazer uma breve análise de como o neoliberalismo funciona quando usado como base de construção econômica estatal.

De acordo com Cerqueira (2008) o neoliberalismo vem a surgir após a Segunda Guerra Mundial a partir das bases teóricas de "A Caminho da Servidão", escrito por Friedrich Hayek em 1944. Hayek faz uma crítica a individualidade do mercado, afirmando que este não pode ser centralizado em uma pessoa ou governo, já que o destino econômico de um país estando na mão de poucos é muito mais passível de erro. O neoliberalismo vem como uma nova forma de liberalismo, ainda pregando a abertura dos mercados, a livre comercialização, e a intervenção mínima do Estado na economia. Mas este conceito se mostra um pouco mais exato quanto as políticas econômicas que ele tenta implantar, como a necessidade da privatização de empresas públicas como forma de enxugar a máquina governamental, a desregulamentação de políticas trabalhistas e a

flexibilização de leis econômicas, métodos estes que favorecem fortemente as classes mais altas, já que elas possuem o capital para investir no mercado e conseguem acumular altas somas bancárias.

As ideias neoliberais vieram a ser estabelecidas pelas potências a partir da década de 70, dentro do cenário de recessão econômica causado pela crise do petróleo em que o sistema internacional se via inserido. A eleição de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, ambos adeptos da direita liberal, foram fundamentais para a adoção e disseminação de políticas neoliberais no Ocidente.

É possível apontar que o neoliberalismo é uma doutrina que funciona, dentro da medida do possível, no Ocidente porque o Norte tem o histórico de instituições

econômicas fortes e consolidadas, é possível sustentar uma economia de livre mercado quando se tem um sistema mercadológico em pleno funcionamento, o que não era de forma alguma o caso dos países no Norte da África.

Com o colapso da União Soviética, e com os limites e contradições que as instituições econômicas árabes representavam, a adoção quase global do neoliberalismo foi um grande choque para o mundo Árabe, que via suas formas de comércio ficando para trás em meio a globalização começada na década de 90.

Samir Amin (2011) argumenta que essas pressões econômicas do Norte Global foram uma das principais causas que levaram as revoluções em massa em 2011:

Os círculos de governantes, a fim de permanecer no poder, optaram por recuar e submeter-se às exigências da Globalização neoliberal. O resultado foi uma rápida degradação das condições sociais; tudo o que se tinha conseguido na era do Estados Populares Nacionais, dos benefícios da classe popular a média foram perdidos em poucos anos, a pobreza e o desemprego em massa sendo o resultado normal das políticas neoliberais adotadas. Esse fato criando as condições perfeitas para as revoltas. (Amin, 2011, pág 33)

Mesmo que tenha sido mencionado anteriormente, vale enfatizar, que as condições para o surgimento das revoltas em massas durante a Primavera Árabe já vinham sendo construídas por pelos menos os últimos dez anos a partir da virada do século, já que a tendência dos países do Norte da África era de cada vez mais se aproximar das potências ocidentais, como comprovado pelo regime de Hosni Mubarak no Egito, de Ben-Ali na Tunísia, e do próprio Gaddafi na Líbia.

Em conclusão, podemos afirmar que o desenvolvimento da Primavera Árabe veio não como uma demanda cultural interna, mas como resposta a movimentos globais maiores surgidos no ocidente, já que as mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir do fim da Guerra Fria afetaram diretamente o mundo Árabe.

### **2.3 O DESENVOLVIMENTO DA PRIMAVERA ÁRABE NO CONTEXTO DA LÍBIA**

Até o final dos 42 anos de governo do regime Gaddafi, a população da Líbia possuía uma renda *perca pita* de pelo menos \$14,000 ao ano, apesar de ser estimado que pelo menos um terço da sua população ainda vivia abaixo da linha de pobreza. Sob a administração de Gaddafi, a Líbia passou a ser um país extremamente secular, a religião tendo um grande impacto nas políticas sociais, o que não impediu Gaddafi de banir o casamento infantil e promover a igualdade salarial entre os gêneros, a igualdade das duas partes em casos de divórcio,

além da promoção a maiores acessos populacionais do ensino básico ao superior. Ammar Maleki (2011), discorre sobre como o contraste social na Líbia veio a agravar o que viria a ser a Primavera Árabe. Para ele, a população gozava sim de vários benefícios que eram muito dificilmente encontrados no resto do Norte da África, mas esses benefícios, principalmente o da educação em massa, causavam um olhar muito mais crítico da população em relação as tomadas de decisões governamentais. Esse olhar crítico percebia o governo de Gaddafi como corrupto, falho e distinto quanto as suas ações e seus discursos.

Gaddafi havia criado uma nova forma de democracia com a sua Terceira Teoria Universal, mas para a população, isso não era suficiente já que não assegurava altos níveis de representatividade dentro da esfera governamental

Dito isso, motivados pelos protestos que já ocorriam na Tunísia e no Egito, a população da Líbia, também insatisfeita com o seu governo, foi as ruas.

Entre os dias 13 e 16 de janeiro de 2011, os manifestantes de Bayda, Derna, Benghazi e outras cidades decidiram e ocuparam moradias populares que o governo estava construindo. Os manifestantes também entraram em confronto com a polícia em Bayda e atacaram escritórios governamentais. Até 27 de janeiro, o governo havia respondido aos protestos contra a população desabrigada com o anuncio de um fundo de investimento de 20 bilhões de euros para fornecer moradia e desenvolvimento. No início de fevereiro, Gaddafi, em nome da Líbia, se reuniu com ativistas políticos, jornalistas e figuras da mídia e os alertou de que seriam responsabilizados se perturbassem a paz ou criassem caos dentro do país.

A escalada da violência entre a população e as forças armadas estatais se deu no início de fevereiro de 2011, quando trabalhadores estrangeiros e minorias descontentes protestaram na praça principal de Zawiya, contra a administração local. Esse evento foi sucedido por diversos motins, que foram esmagados pela polícia e por grupos leais ao regime.

Pelo menos dois meses se passaram de intensos conflitos civis e violência generalizada até o Conselho de Segurança da ONU emitir a resolução 1973 que

autorizava o uso de toda força necessária dentro da Líbia com o objetivo de resguardar a população contra os ataques de Gaddafi. Além da autorização do

uso da força, essa resolução contava com outros quatro itens: congelamento de todos os bens de Gaddafi, reforço no embargo da exportação de armas para a Líbia, estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre uma parte do país, e a proteção dos civis envolvidos ou não nos levantes.

Quanto a intervenção militar, a OTAN tinha em mente a derrubada do governo de Gaddafi, e o apoio para o estabelecimento da democracia no território Líbio; pelo menos a primeira parte da missão foi dada a cabo pela coalização das potências ocidentais e aliados. Segundo uma parte do documento oficial que autoriza a intervenção, a ONU justifica suas ações com o seguinte discurso:

Expressando a sua profunda preocupação pela deterioração da situação, a escalada da violência e as mortes de civis. Reiterando a responsabilidade das autoridades líbias em proteger a população da Líbia e reafirmando que as partes em conflito armado têm como primeira responsabilidade tomar todas as medidas possíveis para garantir a proteção dos civis, condenando a violação grosseira e sistemática dos direitos humanos, incluindo detenções arbitrarias, desaparecimentos, torturas e execuções sumárias; Determinando que a situação na Líbia continua a constituir uma ameaça para a paz e segurança internacionais, exigimos o seguinte: 1. Um cessar-fogo imediato e o fim a violência e de todos os ataques e abusos contra civis; 2. Salienta a necessidade de intensificar os esforços para encontrar uma solução para a crise que responda às legítimas demandas do povo líbio. Observa a decisão do Secretário-Geral de enviar um Enviado Especial para a Líbia e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana de enviar seu comitê ad hoc de alto nível para a Líbia, com o objetivo de facilitar o diálogo que conduza à reforma política necessária para encontrar uma solução pacífica e sustentável. 3. Exige que as autoridades líbias cumpram suas obrigações com o direito internacional, incluindo direito internacional humanitário, direitos humanos e dos refugiados e toma todas as medidas para proteger civis e atender suas necessidades básicas e para assegurar a rápida e desimpedida passagem da ajuda humanitária; (Resolução 1973, Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2011)

É notável, então, que toda a motivação oficial quanto a derrubada do regime de Gaddafi parte do princípio da responsabilidade de proteger a população da Líbia, o que não diz muito, já que é comum dentro do cenário internacional o Conselho de Segurança mascarar suas verdadeiras intenções através do que eles consideram ser a manutenção da paz e dos bons princípios internacionais.

### **3. O USO DA FORÇA COMO OBJETO DE DEFESA DO INTERESSE NACIONAL**

De acordo com Finnemore (2003), em qualquer sociedade, regular o uso da força em meio aos seus membros é uma tarefa fundamental que define o Estado. Como a força é usada, por quem, e para qual propósito revela bastante sobre a natureza da autoridade que rege tais sociedades. Ainda segundo Finnemore (2003), como qualquer outra sociedade, a sociedade internacional tem compartilhado noções que modelam a necessidade do uso da força. Uma dessas noções é que o uso da força em larga escala é a prerrogativa central dos Estados Nacionais. Estamos inseridos em um contexto de mundo onde os Estados são definidos pelo monopólio de poder e força do qual eles dispõem, enquanto a violência por atores não-estatais é repudiada e combatida.

Dito isso, penso necessário fazer menção a como o sistema internacional lida com o uso da força, já que esta é especificamente tratada na carta das Nações Unidas de 1945. Em seu artigo 1, inciso 4, lê-se:

Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.

Já no seu artigo 33, é dito:

As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

A partir de posicionamentos oficiais, as Nações Unidas fazem a tentativa de sempre defender a resolução de controvérsias por meios pacíficos. Porém, esse posicionamento acaba sendo controverso, já que quem decide sobre assuntos de ameaça à paz internacional é o Conselho de Segurança da ONU, e, partindo de uma breve checagem de histórico quanto a intervenções militares autorizadas pelo conselho, é possível comprovar que o próprio CSONU tende a optar pelo

uso da força quando o interesse nacional de algum de seus membros permanentes é ameaçado.

Além disso, o uso da força por meio da ONU é legitimado a partir do momento que a carta endereça as ações que podem ser ameaças à paz. O artigo 42 diz o seguinte:

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Partindo de um princípio mais teórico das Relações Internacionais, em *O Leviatã*, Hobbes discursa sobre o Realismo que acomete os Estados nacionais. Para ele, a sobrevivência do Estado necessita de manutenção, da conservação do seu poder através de uma união comum da sua população. A premissa principal da Teoria do Realismo Clássico é que as Relações Internacionais são baseadas no poder, tendo como princípio ordenador a lógica da dominação. Para Hobbes, o Interesse Nacional vem a frente de tudo, já que é necessário o Estado se resguardar da anarquia que o Sistema Internacional está inserido, além disso, não é possível determinar como as agendas de seguranças estatais irão se comportar, já que elas podem ser harmônicas ou conflituosas dependendo do momento em que o Estado esteja passando.

Trazendo a Teoria do Realismo Clássico para o contexto atual, não é difícil perceber que os Estados Unidos são um país que seguem fortemente a linha da defesa do interesse nacional, e como membro permanente do Conselho de Segurança, tem o uso da força legitimado por ele. Desde a formação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) com o objetivo de formar uma coalizão defensiva contra ameaças externas, os Estados Unidos e aliados vem

se usando do seu poderio militar e de influência dentro do sistema internacional para defender seus “interesses nacionais”.

No caso da Líbia em 2011 não foi diferente. Vijay Prashad (2012) defende que o grande motivo por trás de uma intervenção militar ter acontecido na Líbia, e não na Tunísia ou no Egito onde os conflitos civis escalavam cada vez mais, foi pelo simples fato de que logo após a invasão Estadunidense do Iraque em 2003, o território do Norte da África era de vital importância para a manutenção da influência do Ocidente no local; além disso, os Estados Unidos, França e Reino Unido tinham se tornado extremamente dependentes de petróleo e gás líbio desde as suas reaproximações com Gaddafi – temendo que a não derrubada do seu regime fizesse Gaddafi mais uma vez se voltar contra as potências ocidentais, a OTAN preferiu derrubá-lo de sua posição de vez.

No início de março [de 2011], a revolta líbia começou a ser orquestrada por forças próximas às potências [ocidentais], cujos interesses na Líbia são regidos por petróleo e poder apenas. (Prashad, 2012, pag 180)

Amin (2012), apoia tal análise dizendo que defesa de civis e apoio a construção de um regime democrático na Líbia são as últimas coisas que as potências tem em mente, seus motivos reais sendo em primeiro lugar a destruição dos regimes vigentes para o domínio do mundo Árabe ser feito de forma mais eficaz.

Analisando tais fatos, fica claro que o discurso sobre a responsabilidade proteger não passa disso, apenas um discurso. Prashad (2012) também aponta que a OTAN, dizendo estar comprometida com o bem-estar social na Líbia, violou diversas leis internacionais ao ir em frente com a Intervenção Militar, além de ter causado inúmeras casualidades de civis quando os bombardeios em Benghazi foram efetivados. Segundo Prashad (2012), a paz nunca foi o objetivo. O conflito promovido foi sempre para derrubar Gaddafi e seu regime.

### 3.1 AS CONTROVÉRSIAS QUANTO A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER

Seguindo em frente com o fato de a Intervenção Militar na Líbia ter sido muito mais motivada pela necessidade da defesa dos interesses Ocidentais, que pela defesa da população, vale fazer uma análise mais completa do discurso do Conselho de Segurança quanto a intervenção baseada na Responsabilidade de Proteger.

De acordo com Pureza (2012) a Responsabilidade de Proteger foi um termo cunhado a partir de dois pilares opostos dentro do estudo das intervenções militares: de um lado temos a não intervenção, o respeito à soberania nacional, mas ao mesmo tempo a impunidade de regimes que estejam violando os direitos humanos; e do outro lado temos as chamadas “intervenções humanitárias”, que veem a soberania como obstáculo para a plena afirmação da proteção internacional dos direitos humanos. Neste contexto, a responsabilidade de proteger surge como uma terceira via entre a intervenção humanitária e a não intervenção, tentando fugir de como as próprias intervenções ditas humanitárias eram vistas como uma nova forma de colonialismo, pelo o caráter ocupacional de territórios que ela vinha a ter.

A forma encontrada no relatório da Comissão Internacional sobre Soberania e Intervenção Internacional teve como intenção essencial identificar essa “terceira via” entre a absolutização da não intervenção e a abertura virtualmente ilimitada ao seu oposto. Na síntese muito clara do Secretário-Geral da ONU, “a intervenção humanitária colocava uma falsa alternativa entre dois extremos: ou não fazer nada (standing by) diante do crescendo de mortes de civis, ou enviar forças militares para proteger as populações vulneráveis e ameaçadas. Compreensivelmente, os Estados membros mostraram-se relutantes a escolher entre estas incomensuráveis alternativas” (Pureza, 2012, pag. 9)

Apesar disso, Pureza (2012) argumenta que a responsabilidade de proteger não veio a se distanciar realmente da ideia das intervenções humanitárias, já que o conceito ainda gira ao redor da noção de se ser preciso intervir em Estados para que eles cumpram seus deveres com as suas populações. Warner (2003) faz uma crítica a esta forma de proteção da comunidade internacional que a responsabilidade de proteger tenta alcançar dizendo o seguinte:

Ao enfatizar a segurança humana e os direitos humanos como prioridades, o relatório [redigido pela ONU sobre a responsabilidade de proteger] fragilizou a soberania dos Estados sem identificar uma alternativa responsável. A comunidade internacional não pode proteger indivíduos por períodos prolongados. Ela não pode ser o garante dos direitos humanos. (Warner, 2003, pag. 114)

Pureza (2012) concorda com a análise de Warner (2013), apontando que a responsabilidade de proteger adotada pelo Norte global vem mais uma vez interpretar o papel de agente disciplinador do sistema internacional, onde apenas os governos locais dos países que sofrem intervenções são vistos como responsáveis pelos acontecimentos dentro de seus Estados, negligenciando assim, a responsabilidade da comunidade internacional que causa certas cadeias de eventos mundiais. Pureza (2012) destaca, que, mais uma vez, os estados do Norte se voltam para a disseminação global de um modelo de “boa governança” através da responsabilidade de proteger.

De volta ao caso da Líbia, Segundo Bellamy e Willians (2011), o Conselho de Segurança autorizou o uso de todos os recursos necessários para a proteção de civis em diversos casos anteriores ao de Benhgazi, como no Haiti e Sudão, porém, a resolução 1973 marcou a primeira vez que o CSONU autorizou o uso da força para fins de proteção humana indo contra a autorização de um Estado nacional ainda em atividade.

Devido a isso, e devido a rapidez com a qual a intervenção foi autorizada logo após o começo dos levantes civis na Líbia, vale ressaltar que fica extremamente difícil de se acreditar que a única motivação por trás da intervenção fosse a de proteger a população civil, já que é possível enumerar muitos outros motivos que afetavam diretamente os interesses nacionais ocidentais caso Gaddafi permanecesse no poder. Pureza enumera os seguintes motivos:

Em primeiro lugar, a apropriação dos enormes recursos petrolíferos da Líbia (estimados em 60.000 milhões de barris com custos de extração muito baixos), ou das suas reservas de gás natural (estimados em 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos, que fazem da Líbia o quarto maior produtor africano, atrás da Nigéria, Argélia e Egito), e as estratégias de concorrência entre grupos empresariais italianos (ENI), alemães (Wintershall) e russos (Gazprom), por um lado, e franceses, britânicos e norte-americanos, por outro (Sensini 2011); em segundo lugar, a disputa do controle dos fundos soberanos líbios, de 200 milhões de dólares, pelos bancos centrais da França, Reino Unido e Estados Unidos da América

(Sensini 2011); e, em terceiro lugar, a anulação preventiva do projeto de constituição dos Estados Unidos e da África, e

da adoção de uma moeda única autônoma relativamente quer ao dólar quer ao euro, com forte impulso político e financeiro da Líbia de Khadafi (Sensini 2011). (Pureza, 2012, pág 12 e 13)

Oficialmente, a responsabilidade de proteger buscava um cessar fogo na Líbia e uma recuada das forças de Gaddafi quanto ao massacre de civis anti seu governo, porém, quando a intervenção se deu sua realidade foi completamente diferente. A própria OTAN enumera que a criação de uma zona de exclusão aérea e os ataques a forças leais a Gaddafi envolveram o uso de cerca de 8.000 militares, mais de 260 equipamentos aéreos e 21 navais, com um total de 26.500 operações militares, das quais 9.700 fizeram utilização efetiva de armamentos pesados. Não é de se surpreender que uma operação desse tamanho tenha causado uma grande casualidade quanto a morte de civis protestantes locais.

Pureza (2012) afirma que a motivação da intervenção pela responsabilidade de proteger fica ainda mais fraca quando Hillary Clinton, secretária de estado dos Estados Unidos em 2011, declara que “queremos apoiar a oposição que se ergueu contra o ditador”, trazendo à tona um debate na comunidade internacional quanto as verdadeiras intenções da OTAN na Líbia.

A declaração de Clinton – como depois outras de responsáveis políticos, diplomáticos e militares dos Estados mais diretamente envolvidos na intervenção – deixa margem para perguntas fundamentais: a proteção de civis e o apoio aos rebeldes tornou-se uma e a mesma coisa? O estabelecimento de uma zona de exclusão aérea inscreveu-se numa lógica defensiva e protetora ou ofensiva em vista da mudança de regime? O “apoio à oposição que se ergueu contra o ditador” tornou-se, entretanto, um mandato da missão da OTAN, de tal forma que a proteção dos rebeldes e o apoio militar que lhes foi dado se transformou no modus operandi das forças de intervenção? (Pureza, 2012, pág 15)

Em conclusão, é possível identificar uma grande cortina de fumaça em frente as intenções oficiais do Ocidente na Líbia, a responsabilidade de proteger vindo a ser comprometida, já que as ações e discursos feitos pela OTAN antes e durante a intervenção tornam todo o processo da proteção de civis extremamente questionável. Amr Moussa, secretário geral da Liga Árabe vem a dar um parecer quanto a intervenção expressando o seguinte: “O que está a acontecer na Líbia difere do objetivo de uma zona de exclusão aérea. O que nós queremos é a proteção de civis, não o bombardeamento de mais civis”

Portanto, podemos indicar a intervenção na Líbia como mais uma ação dada a cabo pela OTAN em favor dos interesses do Ocidente que em favor da proteção da população civil, além disso Falk (2011) afirma que o problema com a responsabilidade de proteger é que

Ela desvaloriza o papel da geopolítica na diplomacia das decisões quer de intervir quer de não intervir. Esconder este elemento fundamental do processo de decisão atrás de uma cortina de linguagem moralizadora faz com que falar de responsabilidade de proteger em vez de intervenção humanitária convide a equívocos e encoraje ambições imperiais.

### **3.2 A DEMOCRATIZAÇÃO COMO OBJETO DE PODER OCIDENTAL**

Finalmente chegamos ao nosso objeto final de análise: a exportação Ocidental do seu modelo ideal de democracia como forma de dominação do Sul global.

Em primeiro lugar, assim como Pureza (2012), ressalto que a Paz Liberal se tornou a grande narrativa e o melhor modelo de boa governança no período do pós-Guerra Fria, já que, segundo Richmond (2004), esse modelo de governança se baseia na solução para todos os conflitos através da liberalização econômica, da democratização, do desenvolvimento, dos direitos humanos e do comércio livre. Ainda para Richmond (2004), a Paz Liberal, acima de todos os princípios que ela prega, se baseia principalmente no estabelecimento de um modelo ideal de governo. Esse modelo vem a ser usado como agente nivelador do sistema internacional e procura assegurar e manter o status quo, onde existe a hegemonia e a superioridade do Ocidente sobre as demais regiões do sistema mundo. Paris (2002), argumenta que a exportação da Paz Liberal, vem como uma nova fase das relações entre o centro e a periferia, onde o centro, mais uma vez, dita os padrões de comportamentos necessários para a periferia se desenvolver e prosperar.

Nos últimos 510 anos do “sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano”, passámos do “cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para o “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-te ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única

aceita e legitimada. As formas outras de democracia são rejeitadas. (Grosfoguel, 2008, pág 47)

Dito isso, as ondas de democratização que vieram a atingir o Oriente Médio e Norte da África a partir da Primavera Árabe foram de grande proveito para as potências ocidentais, já que, após anos de governos de cunhos autocráticos e socialistas, governos esses que enfrentavam abertamente o Ocidente adotando posturas anti imperiais, essa parte do Sul global agora começava a reproduzir os ideais cunhados pelo Ocidente.

Coyne (2008), argumenta que sabemos muito bem com o que Estados baseados na Paz Liberal se parecem: com a proteção da propriedade privada, o governo das leis acima de tudo, a proteção aos direitos civis dentro das políticas públicas; porém, não sabemos os resultados exatos que as exportações da democracia através do uso de intervenções ocidentais vão dar, já que nos países para os quais essa democracia tenta ser exportada as bases para a criação de um governo popular muitas vezes não está em posição.

Na grande maioria das vezes, na verdade, podemos assistir a um retrocesso gigantesco nos países que passam pela tentativa da “modernização” através da Paz Liberal. Diversos autores criticam o papel da Paz Liberal, já que, além de a noção de democratização consistir da destruição de todos os princípios estatais em posição para a reconstrução completa dos mesmos através do liberalismo, também podemos atentar para a natureza recolonizadora das ações que dão a cabo a reconstrução desses modelos de governança; elas insistem em continuar ocupado as áreas periféricas do sistema. (Pureza 2012; Paris 2002)

Seixas (2013), atenta para o fato de que além de a Paz Liberal trazer uma noção de modelo ideal a ser seguido, ela também busca demonizar qualquer outro modelo de governança que não seja a democracia, já que a Paz Liberal nos passa uma ideia de superioridade moral, onde nenhum outro sistema pode competir com ela. Willians (2007) aponta que a Paz Liberal busca invalidar todos os outros sistemas por esses serem uma ameaça para o tipo ideal de governança que ela busca passar

As comunidades não-liberais estão assim, sempre sujeitas a serem marcadas como ameaças irresponsáveis, a serem excluídas das

relações liberais de comunidade e respeito e potencialmente a serem sujeitas a coerções pelos liberais se as suas formas de vida forem consideradas uma ameaça às estruturas liberais (Willians, 2007, p. 52)

Cinco anos já se passaram desde o começo dos protestos na Líbia, chegamos a um ponto que já podemos observar as consequências do apoio Ocidental aos rebeldes que clamavam pela democratização do Estado; uma Guerra Civil multidimensional criada pelo vácuo de poder que o regime de Gaddafi deixou se desenvolveu na Líbia, esse fato vindo a expor a natureza paliativa e nada sustentável das intervenções militares, além de também mostrar que tais operações de imposição da paz continuam perpetuando os conflitos “e/ou à supremacia dos perpetradores de violações graves do direito humanitário”. (Pureza, 2011)

Samir Amin (2012), traz uma análise mais objetiva quanto aos reais objetivos da intervenção militar na Líbia, segundo ele, a abertura e liberalização de um país trazem rapidamente a deterioração das condições econômicas e sociais, o que acaba sendo um golpe para os regimes que estão no poder. Dentro do Oriente Médio e Norte da África, por suas posições estratégicas dentro do globo, essa ilegitimação continua dos Estados nacionais causados pelas consequências do neoliberalismo se mostram extremamente benéficos para o Norte Global, que buscam não livrar os civis de seus ditadores ou mau governantes, mas sim destruir as bases do Estado por completo. Para Amin (2012), o trabalho do Ocidente na Líbia foi um teste para ver até onde a imposição de democracia levaria a quebra do Estado, e logo após a desintegração cada vez maior do país ter sido comprovada, as mesmas ações foram reproduzidas na Síria. Para ele, o Norte continua buscando a dominação total do Sul, principalmente a partir da necessidade de acesso aos recursos naturais abundantes que a periferia do sistema mundo dispõe. Segundo Amin, a vitória das potências quanto aos seus objetivos de desmantelamento social e político do Oriente Médio e Norte da África representam cada vez mais um desenvolvimento humano insatisfatório, um sucateamento dos países periféricos, e o financiamento crescente do terrorismo. “ O capitalismo contemporâneo não tem nada além disso a oferecer. ”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da perspectiva dos estudos africanos e pós-coloniais, pesquisar sobre um país como a Líbia, é, no mínimo, fascinante. Diferentemente de países mais seculares no Norte da África, como o Egito e a Tunísia, a Líbia não encontra tanto espaço nas pesquisas que focam no mundo Árabe. À primeira vista, sua história se mostra bastante desnivelada e extremamente à mercê das potências que a governavam em diferentes épocas. Porém, olhando mais a fundo, a Líbia tem uma história incrível de resistência política, já que mesmo apesar das décadas de colonização europeia e dos séculos de ocupação Otomana, os povos que habitavam e ainda habitam o país não perderam seus sentidos de identidade.

Focando para o meu viés de pesquisa sobre como as potências afetaram e continuam a afetar o Sul Global, é muito fácil de enxergar as amarras da colonialidade ainda existentes. Não só na Líbia, mas através de todo o mundo Árabe, a forma como a Primavera Árabe se deu e como o Ocidente lidou com ela, mostrando que o Norte Global ainda detém do seu caráter hegemônico e imperialista.

Observando a partir das análises históricas feitas nesse trabalho, é possível dizer que os países nas periferias do Sistema ainda têm muito que caminhar para se emanciparem inteiramente do imperialismo que assola as Relações Internacionais, e mesmo assim, ainda é capaz de eles nunca chegarem ao mesmo patamar de independência que as potências hoje detém.

Foi extremamente satisfatório pesquisar e observar a fundo como as relações entre o mundo Árabe e o Ocidente se dão, já que, devido ao caráter tão euro centrado das Relações Internacionais, acabamos nos focando extremamente nas relações Norte-Norte, as relações Norte-Sul ocupando um espaço ainda periférico por se focarem nas histórias contadas a partir do ponto de vista do Norte.

Em conclusão, tiro, desses últimos seis meses de pesquisa, a certeza de que a Líbia, mesmo sendo um país ainda pouco visado nos estudos acadêmicos, é realmente tão complexo quanto os países Europeus podem ser, se não mais.

Afinal de contas, sem a existência do Sul Global o Norte não teria chegado ao patamar que chegou, e como acadêmicos da área de política só podemos esperar que tais relações de poder deem uma guinada e o Sul possa vir a experimentar o mesmo nível de prosperidade que o Norte experimenta.

## REFERÊNCIAS

AHMIDA, Ali. **Forgotten Voices – power and agency in colonial and postcolonial Libya**. 1ed, New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2005

AHMIDA, Ali. **The Making of Modern Libya, state formation, colonization and resistance, 1830-1932**. 1ed, Albany: State University of New York Press, 1994

AL-GADDAFI, Muammar. **The Green Book**. 1ed, Libya, 1980.

AMIN, Samir. **Europe and the Arab World, patterns and prospects for the new relationship**. 1ed, London: Zed Books Ltda, 2005

AMIN, Samir. **The Arab revolutions, a year after**. Interface: a jornal for and about social movements. Vol 4, pp 33 – 42, maio de 2012.

CERQUEIRA, Jackson. **Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas**. UEFS, 2008

DALTON, Christopher. **Libya: History and Revolution**. 1ed, Santa Barbara: Praeger, 2014

FALK, Richard. **Can humanitarian intervention ever be humanitarian?** 2011. Disponível em: <<http://richardfalk.wordpress.com/2011/08/04/can-humanitarian-intervention-ever-be-humanitarian/>> Acesso em 28/11/2016

FINNEMORE, Martha. **The Purpose of Intervantion, changing believes about the use of force**. 1ed, Cornwell. Cornwell Univesity Press, 2003,

MILLER, Judith. **God has ninety-nine names: reporting from a militant Middle East**. 1ed, NYC: Touchstone, 1997

KOROTAYEV, Andrey. **Egyptian Revolution: a demographic structural analysis**. Entelequia. Revista Interdisciplinar. Vol 13, pp 139–165. 2011

MALEKI, Ammar. **Separating Religion from Politics: the Future of Egyptian Democracy.** Muftah. Tilburgo, 27/07/2011. Disponível em: <<http://muftah.org/separating-religion-from-politics-the-future-of-egyptian-democracy/#.WDyS97lrLIU>> acesso em:28/11/2016

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra, História e Civilizações, tomo II, do século XIX aos nossos dias.** 1ed, São Paulo, 2008

METZ, Helen. **Libya: a country study.** 4ed. D.C: Library of Congress, 1989

PARIS, Roland. **Peacebuilding and the limits of liberal internationalism.** *International Security*, vol 22, pag 54-89. 1997

PARIS, Roland. **International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'**. *Review of International Studies*, vol 28, pp 637-656, 2002

PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter.** 1ed. Oakland, AK press publishing & distribution, 2012

PUREZA, José. **As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia.** *Carta Internacional*. Vol 7, pp 3 – 19, jan – jun de 2012

RYAN, Yasmine. Tunisia's bitter ciberwar. **Al Jazeera.** Doha, 06/01/2011. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/20111614145839362.html>> Acesso em: 28/11/2016

SPENCER, Richard. Libya: civil war breaks out as Gaddafi mounts rearguard fight. **The Daily Telegraph.** London. 23/02/2011, disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8344034/Libya-civil-war-breaks-out-as-Gaddafi-mounts-rearguard-fight.html>> Acesso em: 28/11/2016

VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya.** 2ed, New York: Cambridge University Press, 2012

WARNER, Daniel. **The Responsibility to Protect and Irresponsible, Cynical Engagement.** *Millennium – Journal of International Studies*, vol 32, pp 109-121, 2003

WILLIAMS, Bellamy, Alex e Paul. **The new politics of protection? Côte d'Ivoire, Libya and the responsibility to protect.** *International Affairs*, vol. 87, no. 4, pp 825-850 - 2011